



-----Extrato de parte da ata da reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Cantanhede, realizada no dia 20 de dezembro de 2021 / Ata n.º 25/2021, constante do Livro de Atas n.º 132.-----

----- **31 - INICIO DE PROCEDIMENTO DA 1ª ALTERAÇÃO À 1ª REVISÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA DA TOCHA**:

O Senhor Presidente da Câmara, em exercício, Dr. Pedro Cardoso, apresentou ao Executivo uma informação prestada em 14/12/2021 pela DU/Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, do seguinte teor: “A 1ª Revisão ao Plano de Urbanização da Praia da Tocha (PUPT) foi aprovado através do Aviso n.º 5495/2013, de 23 de abril, tendo sido alterado por adaptação ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande (POOC-OMG) através do Aviso n.º 14825/2017, de 11 de dezembro, e alterado por adaptação à Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN) da 1ª revisão do PDM de Cantanhede através do Aviso n.º 10008/2018, de 26 de julho. O novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (NRJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 25/2021 de 29 de março, veio determinar que os planos municipais acolhessem as regras de classificação e qualificação do solo, decorrentes da Lei de Bases da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo. De acordo com o n.º 2 do art.º 199 do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, alterado pelo Decreto-Lei 25/2021 de 29 de março, estabelece-se o dia 31 de dezembro de 2022 como prazo máximo para que as referidas regras de classificação e qualificação do solo sejam incorporadas nos planos municipais. Mais se informa que, de acordo com o n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, alterado pelo Decreto-Lei 25/2021 de 29 de março, o início do processo de elaboração da 1ª Alteração à 1ª Revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha carece de

[Handwritten signature]

deliberação da Câmara Municipal, que deverá conter: 1. Os objetivos a prosseguir com a 1ª alteração à 1.ª Revisão do PUPT, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 25/2021 de 29 de março (RJIGT), definidos no ponto 7) dos Termos de Referência e Oportunidade de Elaboração; 2. O prazo para a elaboração da alteração, de acordo com o n.º 1 do artigo 76.º do RJIGT que será de 12 Meses; 3. O prazo do período de participação pública, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º e o n.º 2 do artigo 88.º do RJIGT, que será de 15 dias; 4. A não sujeição à Avaliação Ambiental Estratégica, nos termos do n.º 2 do artigo 120.º do RJIGT e de acordo com o documento de fundamentação; 5. A não necessidade de se proceder à Elaboração do Mapa de Ruído; 6. A área a intervir que será a totalidade do território atualmente definido pelo limite do Plano de Urbanização da Praia da Tocha – 79.6 ha. Assim, sugere-se remeter o processo para a próxima Reunião de Câmara Pública.” Em 16/12/2021, o Diretor do Departamento de Urbanismo presta a seguinte informação: “Deve ser presente à PRC.” A Câmara por unanimidade e tendo por base as informações prestadas pelo DU/Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental e pelo Diretor do Departamento de Urbanismo, deliberou: 1) Dar início ao procedimento de elaboração da 1.ª alteração à Revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha, pelos fundamentos aduzidos na referida informação; 2) Definir o prazo de 12 meses, para a elaboração da 1.ª alteração à 1.ª Revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha, de acordo com o n.º 1 do artigo 76.º do RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial; 3) Definir o prazo de 15 dias, para o período de participação pública, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º e o n.º 2 do artigo 88.º do RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial; 4) A não sujeição à Avaliação Ambiental Estratégica, nos termos do n.º 2 do artigo 120.º do RJIGT - Regime Jurídico dos

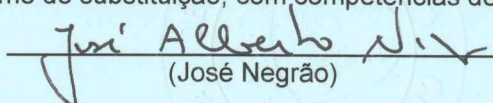


Instrumentos de Gestão Territorial, e de acordo com o documento de fundamentação;
5) Não necessidade de se proceder à Elaboração do Mapa de Ruído; 6) A área a
intervir será a totalidade do território atualmente definido pelo limite do Plano de
Urbanização da Praia da Tocha (79,6 ha). A ata foi aprovada em minuta, quanto a
esta parte, para efeitos imediatos.”-----

-----Está conforme o original e respetivo Livro de Atas ao qual me reporto.-----

-----Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de
Cantanhede, aos 27 dias do mês de dezembro de 2021.-----

O Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro,
em regime de substituição, com competências delegadas,


(José Negrão)

-----Extrato de parte da ata da reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Cantanhede, realizada no dia 19 de setembro de 2022 / Ata n.º 18/2022, constante do Livro de Atas n.º 135.-----

----- **29 - 1.ª ALTERAÇÃO À 1.ª REVISÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA DA TOCHA / APROVAÇÃO DA PROPOSTA PARA CONFERÊNCIA**

PROCEDIMENTAL: O Senhor Vice-Presidente, Dr. Pedro Cardoso, apresentou ao Executivo uma informação prestada em 16/09/2022 pelo DU/Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, do seguinte teor: “A 1.ª Revisão ao Plano de Urbanização da Praia da Tocha (PUPT) foi aprovado através do Aviso n.º 5495/2013, de 23 de abril, tendo sido alterado por adaptação ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande (POOC-OMG) através do Aviso n.º 14825/2017, de 11 de dezembro, e alterado por adaptação à Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN) da 1.ª revisão do PDM de Cantanhede através do Aviso n.º 10008/2018, de 26 de julho. O novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (NRJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 25/2021 de 29 de março e pelo Decreto-Lei n.º 45/2022 de 8 de julho, veio determinar que os planos municipais acolhessem as regras de classificação e qualificação do solo, decorrentes da Lei de Bases da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo. De acordo com o n.º 2 do art.º 199 do Decreto-Lei n.º 45/2022 de 8 de julho, estabelece-se o dia 31 de dezembro de 2023 como prazo máximo para que as referidas regras de classificação e qualificação do solo sejam incorporadas nos planos municipais, sendo que a primeira reunião da comissão consultiva, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, ou a conferência procedimental a que se refere o n.º 3 do artigo 86.º deverá ter lugar até ao dia 31 de outubro de 2022.

N.º 2

Pretende-se com a atual proposta de Alteração do PU da Praia da Tocha: a. Adaptação do Plano de Urbanização à legislação específica aprovada após a sua entrada em vigor, designadamente à LBPPSOTU, ao RJIGT e demais legislação complementar, como o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto; b. Atualização do Regulamento, Planta de Zonamento e Planta de Condicionantes; c. Articulação do plano com as normas emanadas da alteração do PDM de Cantanhede (em curso); d. Atualização do programa de execução às condições atuais e à visão estratégica / cenário prospetivo para o mesmo, dando continuidade à criação de condições para uma ocupação sustentável do território (promoção de loteamentos visando dar resposta às necessidades de habitação, valorização da reabilitação urbana e ações de colmatação da malha urbana, estruturação de vias / acessos que facilitem a mobilidade no aglomerado, etc.); e. Reforço da valorização ambiental do território, promovendo o equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e turístico e a qualidade ambiental; f. Adaptação às seguintes regras: 1. À classificação e qualificação do solo (reclassificação do solo urbanizável como solo rústico ou solo urbano); 2. A outras correções identificadas ao longo do processo de alteração, nomeadamente ao nível do articulado das alterações a adotar. O Processo da 1.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha é constituído pelas seguintes peças: 1. Planta de Zonamento; 2. Planta de Condicionantes; 3. Regulamento; 4. Relatório de Caracterização e Fundamentação; 5. Programa de Execução e Plano de Financiamento; 6. Restantes elementos que acompanham a proposta. De forma a dar cumprimento ao artigo 199.º do RJIGT deverá o presente processo, Proposta da 1.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha, ser aprovado em Reunião de Câmara Pública, para efeitos de conferência procedimental.” Em 16/09/2022, o Diretor do Departamento de Urbanismo, presta a

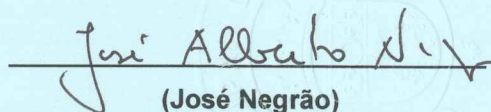


seguinte informação: “*Deve ser presente à PRC.*” A Câmara, por unanimidade, tendo por base as informações prestadas pelo DU/Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental e pelo Diretor do Departamento de Urbanismo, deliberou aprovar a proposta da 1.^a alteração à 1.^a Revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha, para efeitos de conferência procedimental, nos precisos termos da referida informação. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.”-----

-----Está conforme o original e respetivo Livro de Atas ao qual me reporto.-----

-----Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Cantanhede, aos 27 dias do mês de setembro de 2022.-----

O Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro,
em regime de substituição, com competências delegadas,


(José Negrão)

----- Extrato de parte da ata da reunião ordinária pública da Câmara Municipal da Cantanhede, realizada no dia 17 de setembro de 2025 / Ata n.º 20/2025, constante do Livro de Atas número 148.-----

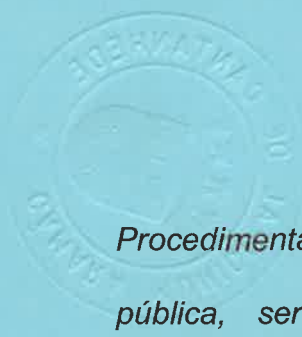
-----**“34 - 1.ª ALTERAÇÃO À 1.ª REVISÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA DA TOCHA / ABERTURA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA:** O

Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Pedro Cardoso, apresentou ao Executivo uma informação prestada em 10/09/2025 pelo Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, do seguinte teor: *“No cumprimento do disposto no artigo 86.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), sob a epígrafe “Acompanhamento dos planos de urbanização e dos planos de pormenor”, e tendo a Câmara Municipal de Cantanhede optado pelo acompanhamento da 1ª Alteração à 1ª Revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha, devidamente aprovado em Reunião de Câmara para sujeição a Conferência Procedimental a 19/09/2022, a proposta de Plano foi apresentada à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) e demais entidades representativas dos interesses a ponderar, através da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT). Nesta sequência, realizou-se por videoconferência, no dia 6 de janeiro de 2023, a conferência procedimental prevista no RJIGT (n.º 4 do referido artigo). Foram convocadas a acompanhar e emitir parecer à proposta do Plano as seguintes entidades representativas dos interesses a ponderar: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do*



Centro (CCDRC); Agência Portuguesa do Ambiente (APA); Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC); Direção Geral do Território (DGT); Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC); Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF); Câmara Municipal da Figueira da Foz e Turismo de Portugal (TP). Foram emitidos os respetivos pareceres à proposta do Plano, que, de acordo com os quais a proposta teve de ser alterada em alguns dos seus pressupostos, havendo necessidade de ir ao encontro das posições com as entidades que emitiram parecer desfavorável (CCDRC, APA, ICNF e DGT) ou favorável condicionado. Foram assim promovidas as alterações e ajustes necessários com vista à obtenção de parecer favorável à proposta do plano, com as seguintes entidades: Direção Geral do Território (DGT); Agência Portuguesa do Ambiente (APA); Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Centro (CCDRC) e Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF); No caso do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) foi necessário, em processo paralelo e autónomo, retificar a delimitação do Regime Florestal (REFLOA) do Perímetro Florestal das Dunas de Cantanhede e somente após a conclusão deste processo, proceder à retificação da proposta de plano em conformidade. Este procedimento foi concluído a 04/12/2024. A conclusão da alteração de toda a proposta em conformidade com a retificação da delimitação do REFLOA e dos pareceres desfavoráveis da CP, e sua sujeição, através da Plataforma PCGT, foi executada a 12/06/2025. Decorrente do processo de conciliação acima descrito, resultaram alterações

na Planta de Zonamento, na Planta de Condicionantes, no Zonamento Acústico, no Regulamento e no Relatório da proposta do Plano, dos quais resultaram os respetivos pareceres favoráveis, rececionados a totalidade dos pareceres favoráveis a 08/09/2025. Para que o processo tenha o devido seguimento, nos termos do disposto no número 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), a Câmara Municipal tem de deliberar proceder à abertura de um período de Discussão Pública, através de Aviso a publicar no Diário da República e a divulgar através da comunicação social e da respetiva página da Internet. Deste Aviso deve constar a indicação do período de discussão, das eventuais sessões públicas a que haja lugar e dos locais onde se encontra disponível a proposta, os pareceres das entidades, bem como da forma como os interessados podem apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões. O referido período de discussão pública decorrerá por 20 dias úteis, a iniciar no 6.º dia após a publicação do Aviso que contém a deliberação deste procedimento, na 2.ª série do Diário da República. As reclamações, sugestões e observações, durante o período de discussão pública, deverão ser apresentadas no balcão de atendimento do Departamento de Urbanismo ou remetidas por correio eletrónico para dgtsa@cm-cantanhede.pt. Os elementos a sujeitar a discussão pública são a proposta de Plano, Relatório de Fundamentação da Não Sujeição da alteração do PUPT a AAE e Pareceres emitidos pelas entidades representativas dos interesses a ponderar no âmbito da Conferência



Procedimental e da Conciliação. Após a conclusão do período da discussão pública, será efetuada uma análise das reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimentos rececionados, sendo elaborado o relatório de ponderação, o qual será submetido à apreciação do Executivo Municipal. Este relatório irá conter a justificação técnica para a aceitação ou recusa das reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimentos apresentados. Face ao exposto sugere-se que a proposta da 1ª Alteração à 1ª Revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha seja presente à próxima Reunião de Câmara Pública, para: 1. Aprovação do Plano; 2. Submissão da proposta do plano a Discussão Pública.” Em 10/09/2025, o Diretor do Departamento de Urbanismo presta a seguinte informação: “Deve ser presente à reunião do Executivo”. A Câmara, por unanimidade, tendo por base as informações prestadas pelo Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental e pelo Diretor do Departamento de Urbanismo, deliberou: 1) Aprovar a proposta do Plano respeitante ao processo da 1.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha, conforme o preconizado na referida informação; 2) Mandar submeter à Discussão Pública a proposta do Plano da 1.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha, nos termos e condições indicadas na referida informação prestada pelo Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental. O Senhor Vice-Presidente, Dr. Pedro Cardoso, enalteceu o trabalho desenvolvido pela equipa da DGTSA na elaboração da 1.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha, salientando o empenho e

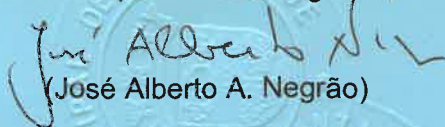


profissionalismo demonstrado pelos técnicos que colaboraram na execução do documento em apreço. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.”-----

-----Está conforme o original e respetivo Livro de Atas ao qual me reporto.-----

-----Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Cantanhede, aos 23 dias do mês de setembro de 2025.-----

O Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro,
com competências delegadas,


(José Alberto A. Negrão)

